



PSICOLOGIA E CONTEXTOS RURAIS NO BRASIL: INTERLOCUÇÕES COM A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

James Ferreira Moura, Jr.1

*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Brasil
(UNILAB)*

Universidade Federal do Ceará

Vilkiane Natércia Malherme Barbosa

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins

Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Universidade Federal do Ceará-UFC, Brasil

RESUMO

Tem-se como objetivo analisar a perspectiva de atuação comunitária nas produções científicas em Psicologia sobre contextos rurais. Foi realizada uma revisão sistemática de artigos publicados no período de 2010 a 2018 nas bases de dados *Scielo*, *Lilacs* e *BVS*. Foram usados como descritores Psicologia e rural. Na análise de dados, foi constatado que os trabalhos analisados são vinculados principalmente à Saúde Mental, à Psicologia Social e à Psicologia Comunitária. O público participante está caracterizado como movimentos sociais, trabalhadores, pessoas em situação de pobreza, jovens e mulheres. A maioria das produções não tem como base a Psicologia Comunitária, mas ocorrem em contextos pertinentes a perspectiva comunitária. Salienta-se desenvolver produções com uma perspectiva rural crítica e voltada para a população em situação de opressão nesse contexto.

Palavras-Chaves: Contextos Rurais; Pobreza; Psicologia Comunitária.

RESUMEN

Se tiene como objetivo analizar la perspectiva de actuación comunitaria en las producciones científicas en Psicología sobre contextos rurales. Se realizó una revisión sistemática de artículos publicados en el período de 2010 a 2018 en las bases de datos *Scielo*, *Lilacs* y *BVS*. En el análisis de datos, se constató que los trabajos analizados están vinculados principalmente a Salud Mental, Psicología Social y Psicología Comunitaria. El público participante está caracterizado como movimientos sociales, trabajadores, personas en situación de pobreza, jóvenes y mujeres. La mayoría de las producciones no tiene como base la Psicología Comunitaria, pero ocurren en contextos pertinentes la perspectiva comunitaria. Se destaca desarrollar producciones con una perspectiva rural crítica y orientada hacia la población en situación de opresión en ese contexto.

Palabras Claves: Contextos Rurales; la pobreza; Psicología Comunitaria.

¹ Correspondence about this article should be addressed to James Ferreira Moura Jr. Email: james.mourajr@unilab.edu.br

PSICOLOGÍA Y CONTEXTOS RURALES EN BRASIL: INTERLOCUCIONES CON LA PSICOLOGÍA COMUNITARIA

No Brasil as produções teóricas e práticas da psicologia ao longo dos anos estão situadas majoritariamente em contextos urbanos, tendo menor prioridade as produções com foco em contextos rurais. Os reflexos destas construções problematizam acerca das possibilidades e impasses de atuação de psicólogas (os) nos contextos rurais, historicamente marginalizados, provocando críticas sobre estas interlocuções e seus efeitos.

O entendimento sobre a temática da ruralidade e os diferentes modos de subjetivação presentes neste campo começa com o surgimento da psicologia comunitária entre as décadas de 1960 a 1970, onde algumas pesquisadoras e alguns pesquisadores desenvolveram atividades em comunidades rurais, alinhadas com os princípios da Educação Popular Freiriana. Porém, um debate mais aprofundado sobre a necessidade de se trabalhar uma psicologia contextualizada à realidade do campo só começa a emergir com mais força a partir dos anos 2000, com o surgimento das discussões sobre psicologia e ruralidade na América Latina, tendo como exemplo as experiências mexicanas (Quintanar, 2009), argentinas (Landini, 2015) e brasileiras (Leite; Dimenstein, 2013). Partindo dessa premissa e a partir das vivências das autoras e do autor desse artigo em diferentes contextos rurais, considera-se importante reconhecer e discutir o que se tem produzido pela psicologia em contextos rurais. Deste modo, o presente artigo objetiva analisar a perspectiva de atuação comunitária nas produções científicas em Psicologia sobre contextos rurais.

Ruralidade(s) Brasileira(s): Aspectos Conceituais

A primeira definição de rural para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2000) caracteriza essa população tendo como base apenas a questão do espaço de morada, sendo rural o que está fora do perímetro urbano. Esta classificação surge a partir da Lei n. 311, de 02/03/1938, que, levando em consideração as constantes mudanças socioeconômicas que alteram as dinâmicas dos espaços municipais, encontra-se desatualizado e insuficiente (IBGE, 2017).

Outra forma de classificação popular no que diz respeito a rural e urbano é o contingente populacional e/ou demográfico, onde o rural é caracterizado por baixa densidade demográfica e dispersão populacional. Abramovay (2000) relata que essa perspectiva de rural demográfico gera uma visão fatalista do meio rural, como algo que tende a se esvaziar e declinar, onde o urbano ganha cada vez mais espaço e o rural é visto como algo distante.

Essas formas de pensar sobre o rural só começaram a mudar no final da década de 1990, com o reconhecimento dos agricultores familiares como atores sociais importantes no meio rural. Esse processo foi impulsionado a partir do fomento e execução de políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva dessa parcela da população, como o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e o Garantia Safra. Essas ações auxiliaram a romper com a visão patrimonialista do campo. Outro movimento que tem refletido sobre as particularidades da vida no campo é o crescimento dos movimentos de reforma agrária e dos assentamentos (Wanderley, 2000).

Nesse contexto, surgem os primeiros estudos sobre ruralidades, oriundos de diversos fatores, como: a preocupação de pesquisadores sobre a tendência de urbanização dos espaços rurais; o entendimento das mudanças estruturais nos modos de produção agrícola; o reconhecimento da agricultura familiar como função produtiva, para além da perspectiva de subsistência; e o surgimento de políticas públicas para essa parcela da população antes invisibilizada perante o Estado. As concepções atuais de ruralidade não se limitam ao debate sobre o que é urbano e o que é rural. Assim, devem englobar os processos sociais, econômicos e culturais das comunidades rurais integrados à sociedade contemporânea, questionando a percepção de rural como algo arcaico e rudimentar. (Schneider; Blume, 2004).

Para compreender as especificidades do rural, Wanderley (2000) afirma que é preciso levar em consideração três constatações. Primeiro, há o problema da concentração de terras e da falta de ações de reforma agrária, o que faz com que o espaço rural seja lido apenas pelo viés produtivo. Portanto, pode-se fragilizar a formação de laços dos pequenos produtores rurais com o seu lugar de vida, impulsionando, além dos problemas econômicos, o êxodo rural. Em segundo lugar, observa-se a definição equivocada de rural como algo disperso, homogêneo, periférico, precário, algo que foi reforçado inclusive pela definição de rural pelo IBGE. Por fim, deve-se ter o entendimento atual de



que o espaço rural é um contexto diverso, composto por especificidades a nível cultural, relacional e social.

A ruralidade deve ser entendida como um conceito de “natureza territorial e não setorial” (Abramovay, 2000, p.12), onde a percepção desse espaço não deve estar centrada em apenas uma dimensão (econômica, social ou espacial). A multisetorialidade do meio rural deve ser considerada nesse contexto, atentando-se às dinâmicas de vida de cada comunidade rural. Igualmente, tem-se que considerar que estes modos de vida estão atravessados por processos de precariedade e vulnerabilidade social e entender que, mesmo em contextos adversos, essas populações possuem em seu cerne cultural a capacidade de resistir a esses fatores (Schneider; Blume, 2004).

A preocupação maior na questão da ruralidade não deve estar nas definições generalistas sobre o que é rural, mas sobre os sentidos que são atribuídos ao rural pelos seus integrantes. Assim, avança-se no entendimento de que o rural é um modelo a ser superado (visão reforçada pela noção neoliberal de ‘progresso’), compreendendo esse espaço como um sistema sociocultural que deve ser analisado na contemporaneidade. Logo, é importante que essa associação entre rural e esvaziamento sociodemográfico seja dissipada, pois é preciso ter um olhar para além dos números expressões em produções censitárias, um olhar para as dinâmicas de cada localidade (Abramovay, 2000).

Para Wanderley (2000), ao entender o meio rural como constitutivo de relações sociais singulares, é preciso que, ao estudar esse meio, o pesquisador(a) esteja atento às especificidades da dinâmica social interna das comunidades, compreendendo a população rural como uma rede interacional dinâmica e diversa. Ela é diretamente influenciada pelas especificidades do meio onde está imersa.

O debate sobre o conceito de ruralidade tem iluminado os caminhos sob uma perspectiva multidimensional dos espaços rurais e de suas populações. Esse debate tem repercutido inclusive nos órgãos governamentais como o IBGE, que resultou em 2017 na publicação “Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação”, onde esta passa a ampliar a perspectiva de rural, ao visualizar as manifestações sociais e culturais que caracterizam de maneira diferente esses espaços. (IBGE, 2017).

Outra área que está começando a se aproximar dos estudos sobre ruralidade e suas peculiaridades é a Psicologia, partindo do entendimento de que os modos de subjetivação de camponeses(as) são marginalizados frente à égide do progresso e da modernidade capitalista. Essas formas singulares de subjetivação rural são geralmente reconhecidas como atrasadas e passíveis de adequação ao que é reproduzido nos grandes centros urbanos. Para os(as) pesquisadores(as) da área, tal perspectiva deve ser desconsiderada, pois as vivências e identidades dos povos do campo devem ser consideradas como formas plurais de existências, a partir da forma como cada uma dessas populações lida com o seu território, com suas práticas produtivas e com sua comunidade (Fernandes et al, 2015). A necessidade de se articular os saberes Psi com o meio rural será detalhada no tópico a seguir.

Psicologia Rural, Psicologia em Contextos Rurais e Psicologia em Ambientes Rurais: Perspectivas Latino-Americanas

A Psicologia como ciência e profissão na América Latina é eminentemente urbana, tendo suas práticas balizadas nos grandes centros urbanos, como é perceptível o privilégio das grandes cidades na oferta dos serviços voltados para a prática psicológica (Landini, 2015; Quintanar, 2009). No caso brasileiro, essa dimensão espacial tem uma peculiaridade: o surgimento da profissão no país ocorre em um contexto histórico onde o processo de urbanização e os investimentos em obras de infraestrutura nas grandes cidades estavam em alta, o que ganhou força no governo JK e se consolidou no período de ditadura militar (Leite et al, 2013).

Nos inícios dos anos 2000, a profissão passa a ter um objetivo de interiorização das práticas psicológicas, impulsionada pelo surgimento das políticas públicas de saúde e da assistência social e pelo processo de interiorização dos centros universitários, que passaram a ocupar cidades de médio e pequeno porte, com características rurais. Porém a maior motivação desse movimento tem razões mercadológicas, como o aumento das vagas de emprego para psicólogos. Visto tal quadro, vê-se a necessidade de se pensar em como realizar práticas contextualizadas em cidades interioranas e na zona rural, sem se guiar por razões eminentemente de mercado. Portanto, há uma aproximação dos ideais do

compromisso social da profissão no trato de populações em situação de vulnerabilidade social, emergindo os estudos sobre psicologia em contextos rurais (Leite et al, 2013).

Na América Latina, quando se fala na abordagem do meio rural na Psicologia, há 3 nomenclaturas: Psicologia Rural (Landini, 2015); Psicologia em Ambientes Rurais (Quintanar, 2009) e Psicologia em Contextos Rurais (Leite; Dimenstein, 2013). Ambas as abordagens afirmam que perspectiva de ser humano e de intervenção da Psicologia é baseada no sujeito urbano, logo o profissional da psicologia que irá trabalhar em contextos rurais deve levar em consideração as especificidades da vida no campo ao realizar suas ações (Landini, 2015; Quintanar, 2009; Leite et al, 2013). Para Landini (2015) a Psicologia Rural não deve ser pensada como uma área específica da ciência psicológica, mas como um campo que permita a compreensão de uma população historicamente invisibilizada (população rural), a partir de suas especificidades. Esta compreensão deve estar também nas intervenções psicossociais com os povos do campo.

Os modos de moradia e convivência com o meio são importantes para compreender os processos de subjetivação no campo. Ao adentrar a perspectiva rural, os(as) psicólogos(as) se deparam com uma nova realidade de vida, que possui uma dinâmica própria composta por uma diversidade de práticas e saberes que são específicos de cada região e cultura onde estes sujeitos estão inseridos. Por isso que, ao intervir nesses espaços, o(a) psicólogo(a) precisa estudar o rural a partir de suas especificidades, compreendendo este meio como multifacetado e imerso em diversidade cultural, regional e social, sob a perspectiva teórica de ruralidades. (Landini, 2015; Leite et al, 2013).

A compreensão do contexto histórico de lutas das populações rurais, no caso brasileiro, também deve ser levada em consideração na atuação do profissional da psicologia em contextos rurais. Historicamente, a população rural é estigmatizada, pela relação que ainda é feita sobre o meio rural como um espaço relacionado a uma atmosfera bucólica e de atraso, visão essa balizada sob a perspectiva neoliberal de progresso. Ao mesmo tempo em que avançam as ações de fomento à modernização do meio rural, agricultores(as) familiares, comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), ribeirinhos(as), pescadores(as), extrativistas e assentados(as) da reforma agrária compõem uma frente de resistência ao apagamento da cultura local, na luta por acesso à terra, à água e em defesa em uma lógica de produção e cultivo que respeite o ambiente e o saber local (Leite et al, 2013; CFP, 2013).

Para ter um maior alinhamento com as demandas do campo, recomenda-se ao(a) profissional que irá trabalhar em políticas públicas que atendam comunidades rurais, como as políticas de saúde, de educação do campo, de assistência social e de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que participe dos espaços de controle social dessas políticas. Também se recomenda que este(a) profissional mantenha um diálogo permanente com os movimentos sociais do campo, que conhecem de perto as pautas emergentes nas comunidades rurais locais (Leite et al, 2013).

É preciso que o(a) psicólogo(a) esteja consciente do contexto histórico de lutas e opressões passadas pela população do campo, principalmente no que se diz respeito ao acesso a bens naturais. Logo, ao atuar nesses contextos de vulnerabilidade, é preciso focar em uma postura ética e política que favoreça o compromisso social da Psicologia, realizando práticas que fortaleçam a autonomia e a emancipação dos sujeitos, garantindo a esses as informações e o acesso necessário aos direitos e a cidadania. Essas premissas são princípios de atuação da Psicologia Comunitária baseada no paradigma da libertação. Concebe-se que os sujeitos marginalizados necessitam ser os centros dos processos de transformação social a partir da recuperação da memória histórica, do fortalecimento das potencialidades e da mobilização coletiva para fins comuns (Goes, 2008). Assim, compreende-se que o trabalho com os povos do campo está entre os compromissos éticos do(a) psicólogo(a), mas que pode ser aperfeiçoado a partir das contribuições da Psicologia Comunitária. No entanto, observa-se que as orientações do Conselho Federal de Psicologia são que o(a) profissional atue de forma generalista e sobre uma perspectiva interdisciplinar e dialógica, respeitando o saber local. (Leite et al, 2013; CFP; 2013). É importante salientar que essas orientações são a base da Psicologia Comunitária fundamentada no paradigma da libertação, mas ela assume de forma central a necessidade de desvelamento das matrizes de dominação e a atuação concreta e coletiva para transformação da realidade (Barros, & Ximenes, 2009).

Apesar dessa falta de criticidade nas orientações do Conselho Federal de Psicologia no Brasil, o CFP tem buscado inserir a temática dos povos do campo nas discussões sobre a prática profissional do psicólogo. A entidade realizou em 2006 o seminário “A questão da terra para psicologia”, em 2008



iniciou a série de debates “Gente da terra: seminário subjetividade e questões da terra” e em 2013 lança a cartilha “Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) em questões relativas a terra”, leitura importante para os profissionais que irão adentrar em contextos rurais (CFP, 2013).

O compromisso social deve ser estendido aos centros de formação de psicólogos(as), sendo que as universidades, em especial as que estão em cidades de médio e grande porte, devem se aproximar dos contextos rurais e pensar nesses como um campo fértil para o desenvolvimento de práticas de estágios e de projetos de pesquisa e extensão, desde que estes estejam embasados numa perspectiva libertadora, emancipatória e interdisciplinar, dialogando com as reais necessidades das comunidades atendidas (Leite et al, 2013).

Quando se trata da emergência dos contextos rurais na Psicologia, um campo dessa ciência se destaca: a Psicologia Comunitária. No Brasil o rural emerge de fato como espaço de práticas psicológicas em meados de 1960 a 1970, com o surgimento da Psicologia Comunitária, a partir de pesquisas realizadas sob a perspectiva da educação popular (Leite et al, 2013). Logo, faz-se necessário compreender as contribuições desse campo do conhecimento ao se trabalhar em contextos rurais.

Psicologia Comunitária Brasileira e Trabalhos em Contextos Rurais: Aproximações Necessárias

Como é apontado por Bock (2009), historicamente o saber psicológico se constituiu como um saber elitista, que em seus primórdios tinha uma inserção insuficiente em contextos menos favorecidos. Somente com a consolidação da Psicologia Comunitária como campo do conhecimento é que foi visto um avanço na aproximação entre os(as) profissionais e as classes subalternas.

Segundo Lane (2015), a expressão Psicologia Comunitária surge atrelada à atuação dos(as) psicólogos(as) em comunidades em estado de vulnerabilidade social. Inicialmente, esses trabalhos desenvolvidos em comunidades não possuíam um direcionamento libertador, pois eram pautados em práticas meramente assistencialistas. A partir da década de 1970, a partir de trabalhos realizados com base na educação popular freiriana e da aproximação com os movimentos sociais sobre saúde mental, é vista uma condução diferenciada, objetivando desenvolver ações promotoras da conscientização acerca das dinâmicas de opressão que estavam as populações marginalizadas (Góis, 2008).

Na década de 1980, a partir da realização do I e II Encontro Regional de Psicologia na Comunidade, várias experiências em psicologia comunitária foram divulgadas. Numa das reflexões do primeiro evento em 1981 referiu-se à atuação do(a) psicólogo(a) como facilitador(a) no processo de conscientização. Nesta primeira edição, foram mapeadas ações centradas na área da saúde mental e na educação popular. No encontro posterior em 1988, foi dada ênfase às técnicas de trabalho, como a utilização de dinâmicas de grupo, por exemplo. Foi visto um avanço na atuação dos(as) profissionais, que agora se vislumbravam como facilitadores(as) de grupos que se tornem conscientes e exerçam o autocontrole em situações de vida através de atividades cooperativas e organizadas. Passou-se a ter ênfase no entendimento do contexto social, nas relações de poderes existentes nesse contexto e no resgate da subjetividade. E nesse contexto é feita uma menção especial aos trabalhos realizados na zona rural (Lane, 2015).

No início dos anos 2000, com o surgimento das políticas públicas de saúde e assistência, o campo de atuação dos psicólogos em comunidades se alarga, e as concepções teórico-práticas desse campo do conhecimento psicológico se consolidam (Freitas, 2015). Segundo Góis (2008), a Psicologia Comunitária possui foco no entendimento dos modos de vida na comunidade e dos seus potenciais de desenvolvimento, tanto pessoais como sociais. O(a) psicólogo(a) na comunidade trabalha fundamentalmente com linguagem e representações, com relações grupais e com os afetos próprios da subjetividade para exercer sua ação em nível de consciência, da atividade e da identidade dos indivíduos com o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário e fortalecimento da identidade pessoal e coletiva (Sawaia, 2015; Bomfim, 1999).

Partindo da concepção da Psicologia da Libertação de Martin-Baró, Ximenes, Nepomuceno e Cidade (2016) relatam que o horizonte libertador da Psicologia Comunitária se fundamenta na análise e crítica das raízes socio históricas que reforçam a dominação e a opressão, tendo como artifício para superação dessa condição o fortalecimento da comunidade para o fortalecimento daqueles(as) que nela vivem. Neste contexto, a atuação do(a) psicólogo(a) comunitário(a) é entendida como ‘fazer com’ os(as) moradores(as), a partir da relação de cooperação que remonta a uma ênfase comunitária/libertadora (Ximenes; Nepomuceno; Cidade, 2016).

Assim, deve-se compreender a comunidade como palco de interseção entre valores internos e externos, público e privado, uma esfera heterogênea, onde cada participante possui suas singularidades que se somam à dinâmica desse espaço. Em sua práxis, deve-se focar em processos que favoreçam a transformação social e a emancipação social e política dos sujeitos, favorecendo o processo de legitimação da fala dos indivíduos na comunidade e promovendo ações concretas e coletivas no âmbito comunitário. A base do trabalho deve ser o exercício da ação-reflexão, do diálogo e da democracia (Sawaia, 2014; Góis, 2008).

Visto isso, é possível pensar na articulação da práxis do(a) psicólogo(a) comunitário(a) em contextos rurais. Tanto Landini (2015), quando Quintanar (2009) e Leite et al (2013), compreendem a Psicologia Comunitária como porta prática psicológica de inserção e atuação em contextos rurais. Um dos fatores que favorecem essa visão é o fato da população rural está em situação de marginalização perante as dinâmicas urbano-rural, como também estarem inseridas em sua maioria em situação de pobreza e em lutas de defesa do uso da terra no campo. (Landini, 2015).

Além disso, o viés emancipatório e o comprometimento em realizar práticas que promovam a transformação social das comunidades faz com que a Psicologia Comunitária possa contribuir para atuação nesses contextos. Há o foco na valorização do saber local e na realização de ações a partir da compreensão do contexto sociohistórico onde as populações estão imersas. Assim, com essa perspectiva de atuação, pretende-se analisar a perspectiva de atuação comunitária nas produções científicas em Psicologia sobre contextos rurais.

Metodologia

O método utilizado é baseado na pesquisa quantitativa (Breakwell, 2010), no modelo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis*), que contém um diagrama de fluxo de quatro fases e uma lista de verificação contendo itens essenciais para a construção de uma revisão sistemática. Dessa maneira, é um protocolo que auxilia pesquisadoras e pesquisadores no processo de revisão, pois oferece um *check list* dos itens que compõem os dados dos artigos (Liberati et. a., 2009; Marcolino; Barroso; Siqueira, 2015).

A estratégia que foi utilizada compreendeu uma busca sistemática na literatura a respeito do que tem sido produzido na temática “Psicologia em contextos rurais”, a partir das bases de dados da plataforma “Periódicos CAPES” que é um sistema que agrega uma série de bases de dados brasileiras e internacionais, sendo estas: *Scielo*, *Lilacs* e *BVS*. As buscas foram realizadas por artigos disponíveis no período de 2010 até o dia 05 de abril de 2018. Durante a revisão sistemática, foram utilizadas palavras incluídas nos recursos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo estas “psicologia AND rural”, como também outros termos, tais como: “psicologia e ruralidades” e “psicologia nos contextos rurais” “psicologia social comunitária em contextos rurais”.

Para este processo, foram considerados elegíveis os estudos: 1. Que abordam a atuação da psicologia em contextos rurais; 2. Que relacionam a psicologia social comunitária aos contextos rurais 3. Publicados no idioma português 4. Acessíveis com texto completo para download gratuito. Os artigos foram baixados em todas as bases de dados escolhidas através do navegador Firefox da UFC e nos computadores dos(as) pesquisadores(as).

Verificou-se a duplicidade entre os artigos a fim de qualificar a sistematização. A partir disto, os artigos foram avaliados hierarquicamente pelo título, resumo e leitura integral dos mesmos, para que fosse possível aplicar os critérios de elegibilidade predefinidos para a exclusão e inclusão dos estudos selecionados. Em seguida, foi realizada a extração dos dados a seguir: ano de publicação; autoria; características dos estudos (qualitativo, quantitativo ou misto); características das amostras; desfechos de cada estudo. Com as buscas nas bases de dados do Periódico CAPES foram encontrados 497 artigos.

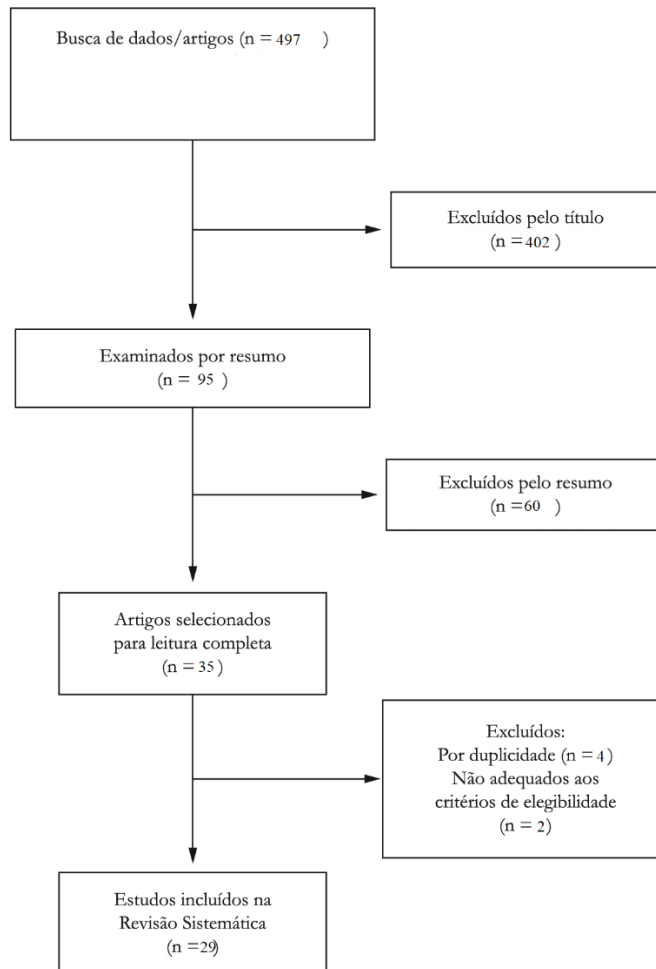
De acordo com os critérios de elegibilidade para a exclusão e inclusão dos estudos, foram excluídos 402 estudos pelo título e 60 pelo resumo. Assim, 35 artigos foram lidos de forma completa. Após essa leitura, foram excluídos mais quatro por duplicidade, outros dois pelos critérios de elegibilidade, restando 29 artigos. Foram elencadas como critérios de exclusão: textos de revisão sistemática, meta-análises e indisponibilidade de texto completo.

Para facilitar a visualização dos dados extraídos para análise, utilizou-se um quadro com as seguintes variáveis: título, base de dados, ano de publicação, autoria, características dos estudos,



características das amostras, desfecho do estudo (retirado das conclusões do resumo) e palavras-chaves. Também foi construído o diagrama do modelo Prisma, que pode ser observado a seguir:

Figura 1
Diagrama do Modelo Prisma



Fonte: Os autores, 2018.

Resultados e Discussões

A presente análise foi realizada a partir dos 29 artigos selecionados no processo de refinamento dos dados. Partindo da leitura minuciosa do material coletado, foi possível tecer considerações acerca das características dos estudos que foram explorados nesse escrito e sua interlocução com a Psicologia Comunitária. Como pontuado anteriormente, ela tem sido um aporte teórico e metodológico relevante para a constituição do campo da Psicologia em contextos rurais.

Assim, considerando a área de atuação da Psicologia na qual as pesquisas foram realizadas foi constatado que dentre os trabalhos selecionados, 20,7 % são relacionados ao campo da Saúde mental, 20,7 % à Psicologia Social; 20,7 % à Psicologia Social do Trabalho, 17,24% relacionados aos Estudos sobre gênero e subjetividade, 10,4% à Psicologia Ambiental, 6,9 % à Psicologia Comunitária e 3,5 % na área da Saúde Coletiva, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1*Distribuição dos artigos por área de atuação da Psicologia*

Área de Atuação da Psicologia	Número de Artigos encontrados	Autores e ano de publicação
Saúde Mental	6	DIMENSTEIN et al (2017); FRIGHETTO (2015); SILVA; DIMENSTEIN; LEITE (2013), COSTA; DIMENSTEIN; LEITE (2015); LEITE et al (2017); CIRILO NETO; DIMENSTEIN (2017).
Psicologia Social	6	BRITO; MACÊDO (2017), BONOMO; SOUZA (2013); BONOMO et al (2011); REIS; CABREIRA (2013); CALEGARE; HIGUICHI (2016), ALVAIDES; SCOPINHO (2013).
Estudos sobre Gênero e Subjetividade	5	PIZZINATO et al (2015), SALVARO; LAGO; WOLFF (2013); PIZZINATO et al (2016); GOMES et al (2016); PIZZINATO et al (2017).
Psicologia Social do Trabalho	6	GRAFF, COUTINHO (2012); ARAÚJO; GREGGIO; PINHEIRO (2013); SILVA; BARROS (2014); GIONGO; GÊNESIS; SOBROSA (2017); MELO; SCOPINHO (2015); SALVARO; ESTEVAM; FILIPE (2014).
Psicologia Ambiental	3	FURLANI; BOMFIM (2010), LOPES; CARVALHO (2017); SILVA; TASSARA (2014).
Psicologia Comunitária	2	CAMURÇA et al (2016); MOURA JR. et al (2013).
Saúde Coletiva	1	OLIVEIRA et al (2015).
Total: 29 artigos		

Fonte: As autoras, 2018.

É importante salientar que a Psicologia Comunitária de forma direta está pouco presente nas produções analisadas. Para tanto, no campo da Psicologia Comunitária, foi encontrado somente um trabalho referente ao entendimento das implicações psicossociais da seca em comunidades rurais (Camurça et al, 2016) e outro sobre práticas de extensão em contextos rurais na área de Psicologia Comunitária (Moura Jr. et al, 2013). Essas produções utilizaram as ferramentas teórico-metodológicas baseadas no diálogo, na problematização e na facilitação da conscientização para o desenvolvimento de processos de transformação social em uma perspectiva colaborativa.

Apesar da ausência de produções específicas da Psicologia Comunitária em contextos rurais, pode-se analisar as interlocuções desses trabalhos desenvolvidos em uma perspectiva comunitária. Na categoria Saúde Mental, foram localizados estudos com foco na investigação sobre a influência das condições de vida em contextos rurais na incidência de processos de adoecimento mental (Frighetto, 2015; Leite et al, 2017) e no surgimento e fomento de estratégias de cuidado em Saúde Mental, como também estudos que refletem sobre o papel da rede de atenção psicossocial em Saúde Mental no acompanhamento dos casos que ocorreram em contextos rurais (Dimenstein et al, 2017; Silva; Dimenstein; Leite, 2013; Costa; Dimenstein; Leite, 2015; Cirilo Neto; Dimenstein, 2017).

Identifica-se que reconhecimento de que o sofrimento psíquico vivenciado nos contextos rurais está diretamente relacionados com as situações de opressão e discriminação vividos faz parte de uma matriz da Psicologia Comunitária vinculada à Libertação (Goes, Ximenes, & Moura Jr., 2015). Dessa maneira, considera-se o contexto comunitário como vinculado a uma situação de pobreza e vulnerabilidade social que necessita ser transformado. Aponta-se, assim, que a clínica tradicional psicológica de saber elitista não dá conta da complexidade do processo de saúde e adoecimento mental no campo.

Assim, a Psicologia Comunitária constrói e propõe estratégias de enfrentamento a este processo e de reconhecimento das peculiaridades envolvidas no mesmo. O que conflui com o direcionamento para práticas libertadoras, que rompem com um viés essencialmente assistencialistas, e que objetivem a promoção da conscientização das populações rurais (Lane, 2005; Góis, 2008).



Fortalecendo um saber-fazer crítico sobre as realidades sociais e suas relações de poder, como também das contradições e lutas sociais com forte implicação nos processos psicossociais. Assim, há a possibilidade de reinvenção de modos de viver, com aceitação das diferenças existenciais na vida, fugindo da lógica do ajustamento/adaptação.

É válido ressaltar que mesmo as publicações que não estão no escopo da Psicologia Social e Comunitária, como as situadas na área da saúde mental, possuem um viés alinhado à perspectiva psicossocial de cuidado. Essa perspectiva concebe que os processos de saúde e doença são visualizados sob a luz de uma compreensão biopsicossocial, priorizando vertentes de cuidado humanizado e o trabalho de apoio ao paciente por meio de uma rede de atenção (Yasui, 2011).

Nos artigos relacionados à Psicologia Social, foram encontradas pesquisas com o foco na atuação do psicólogo no campo das políticas públicas da assistência social e da saúde (Brito; Macêdo, 2017; Reis; Cabreira, 2013), na área de representações sociais (Bonomo; Souza, 2013; Bonomo et al, 2011) e estudos voltados para a questão da construção da identidade do sujeito rural relacionada ao contexto onde ele vive e as organizações sociais das quais faz parte (Calegare; Higuichi, 2016; Alvaides; Scopinho, 2013).

Neste sentido cabe pontuar que as experiências analisadas podem contribuir na construção de uma prática da Psicologia Social Comunitária implicada com a transformação social de forma concreta a partir de diferentes espaços de atuação. Assim, observa-se a realização de uma práxis das (os) psicólogas (os) preocupada (os) com a melhoria das condições de vida comunitárias no contexto rural, e que se articule a movimentos e setores que pensem numa proposta coletiva, visto que muitos destes trabalhos, se organizam entorno de coletivos e movimentos sociais (FREITAS, 2008). Contudo, ainda é tímida a atuação da Psicologia nestes contextos de radicalização da democracia participativa, pois a tarefa de implementar uma cultura democrática é difícil e exige construir relações de redes comunitárias e participação social nas esferas públicas (Martín- Baró, 2009).

Essa dificuldade da abertura de espaços de participação concreta em todas as fases de desenvolvimento de uma intervenção comunitária pode estar vinculado a dificuldade de ruptura dos moldes da clínica psicológica tradicional (Montero, 2006). É necessário, então, romper com pressupostos neoliberais, distantes das necessidades da grande maioria da população especialmente considerando os contextos rurais, pois esta prática prioriza processos psíquicos individualizantes excluindo uma perspectiva histórico e cultural dos processos de dominação que constitui os indivíduos. .

Concebe-se que a formação profissional da psicóloga(o) como de outras (os) profissionais e da assistência social pode ser desconexa das necessidades enfrentadas nos contextos comunitários (Moreira, 2014). Observa-se, assim, que há o desafio da atuação em contextos rurais que fogem da prática tradicional, especialmente quando estas práticas são voltadas a contextos de pobreza.

Nos estudos relacionados à Psicologia Social do Trabalho, foram encontrados trabalhos relacionados ao campo da Saúde do Trabalhador (Araújo; Greggio; Pinheiro, 2013; Giongo; Gênesis; Sobrosa, 2017) e aos processos de atribuição de sentido à dimensão do trabalho pelos trabalhadores rurais e quais as reverberações desses processos nos modos de vida dos sujeitos (Graff; Coutinho, 2012; Silva; Barros, 2014; Melo; Scopinho, 2015; Salvaro; Estevam; Filipe, 2014). Nesta perspectiva, examina-se que a Psicologia Comunitária contribui na atuação desta área à medida que torna evidente a necessidade de desvelar e enfrentar as relações de opressão que também atravessam o campo do trabalho e das identidades individuais e comunitárias desses sujeitos. A relação de trabalho com a terra é parte crucial para a compreensão dos modos de vida nos contextos rurais.

Além disso, nos trabalhos analisados nesse campo, o marxismo é uma referência comum, sendo igualmente considerado um dos fundamentos da Psicologia Comunitária (Góis, 2005). A base materialista histórica e dialética emerge como referência política e teórica e base da transformação social almejada, contribuindo por uma sociedade mais igualitária (Vasconcelos, 2009). Esse sistema de produção neoliberal capitalista promove condições de opressão e desigualdades, transformando a capacidade de trabalho humana em serviços e bens em mercadorias e contribuindo para o fortalecimento e agravamento de opressão e das condições pobreza (Nepomuceno, 2013).

Percebe-se que no campo a exploração do capital torna-se ainda mais devastadora com a intensificação do agronegócio com ocupações de terras por grandes empresas e empresários do setor privado. Começa-se a promover o que se chama de capital do campo, onde os pequenos agricultores

vão perdendo a competitividade sobre a produção agrícola. Em virtude das tecnologias e benefícios fiscais governamentais dentre outras vantagens, consegue-se desenvolver uma indústria fortemente capitalizada na agropecuária brasileira (Leite, 2006).

Nesse contexto de opressão específico das áreas rurais, há uma série de artigos afiliados a movimentos reivindicatórios, tais como o Movimento dos Trabalhadores Sem- Terra (MST). Compreende-se, portanto, que há o desenvolvimento de atuações junto as/aos trabalhadoras/es rurais na conscientização sobre a situação de opressão e desigualdade a que estes são submetidos. , (Leite, 2007).

Outra categoria de trabalhos analisados evidente foi a da “Psicologia Ambiental”. Relatam-se casos sobre a vinculação afetiva dos jovens rurais e urbanos aos seus lugares de vida e como esses lugares influenciam na construção de seus projetos de vida (Furlani; Bomfim, 2010; Lopes; Carvalho, 2017), e sobre o surgimento de comportamentos pró-ambientais a partir do desenvolvimento de práticas sustentáveis no meio rural (Silva; Tassara, 2014). Assim, pode-se indicar proximidade com a categoria comunidade e com a ideia do fortalecimento de identidades individuais e comunitárias nesse contexto rural. Como assevera Montero (2006), o fortalecimento de identidades pessoais e comunitárias é a base para a transformação social..

Sobre a caracterizações das/os participantes das pesquisas analisadas, foi verificado que a maior parte dos sujeitos de pesquisa era composta por Moradores de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária (72,4%). Além desse público, foram abordados Membros de movimentos sociais (6,8%), Membros de Cooperativas (6,8%), Profissionais da Psicologia (6,8%) e demais Profissionais da área da Saúde (3,4%). Destaca-se o fato de que há também estudos que versam sobre juventude rural e construção de projetos de vida, tendo em vista o emergente debate sobre o êxodo da juventude do campo. A juventude tem aparecido como categoria importante, especialmente associada a categoria gênero, dos cinco artigos foram encontrados com o recorte de juventude, três desses possuem direcionamento para as questões de gênero, compondo 13,7% do universo da pesquisa. Deste modo, cabe destacar a relevante contribuição dos estudos sobre Gênero e Subjetividade. Neste trabalho são visualizados duas vertentes: estudos sobre como as relações de gênero incidem sobre a criação de projetos de vida de jovens mulheres rurais (Pizzinato et al, 2015; Pizzinato et al, 2016; Pizzinato et al, 2017) e a relação desses elementos no processo de participação de mulheres em movimentos sociais do campo (Salvaro; Lago; Wolff, 2013; Gomes et al, 2016).

A questão da representatividade das mulheres no desenvolvimento de pesquisas em contextos rurais é relevante, pois como aponta Martins e Alencar (2016), a visibilidade das demandas elencadas pelas mulheres rurais apoia o surgimento de ações que tragam melhorias na qualidade de vida das mesmas, tanto no âmbito do poder público, como na ampliação dos debates já realizados nos movimentos sociais das mulheres do campo. Entre os artigos selecionados para análise nesse estudo, oito trabalhos são voltados para esse público, possuindo amostragem de 27,58% no total geral.

Neste sentido, ressalta-se a relevância de discutir as implicações de gênero sobre os saberes e práticas no campo da Psicologia Comunitária em contextos rurais, visto que, historicamente as mulheres têm sido postas como dependentes dos homens e inferiores a estes. Essas estruturas também pode estar presentes nas realidades comunitárias, refletindo o modo como se organiza as práticas sociais e saberes relativos as relações de gênero. Como pontua Zanello e Silva (2012) o conceito de gênero é emancipatório a medida que se contrapõe ao determinismo biológico implícito e as dominações historicamente desenvolvidas em uma sociedade patriarcal.

Outra característica a ser ilustrada aqui são os contextos de realização das pesquisas publicadas. Constatou-se que a maior parte dos estudos foi realizada diretamente nas comunidades rurais (37,9%), mas que também ocorreram pesquisas realizadas em assentamentos da reforma agrária (17,2%), no âmbito das políticas públicas de saúde coletiva e da assistência social (17,2%), nos espaços laborais dos sujeitos abordados (20,8%) e junto aos movimentos sociais do campo (6,8%). Percebe-se que a disposição dos espaços está diretamente relacionada às categorias de estudos ilustradas.

É relevante forjar no campo de práticas e intervenções que facilitem a escuta das mulheres que como pontua Zanello e Campos (2017) pouco são ouvidas sobre uma perspectiva de relações de gênero e ainda permanecem invisíveis diante de um cenário mais amplo, sendo vítimas de múltiplas de violências. Tendo relevância a produção de saberes e práticas que considerem os modos de vida e produção de saúde e adoecimento, uma abordagem comunitária deve abranger essas matrizes de



dominação que envolvam questões mais específicas vinculadas aos diversos marcadores sociais, como a perspectiva de gênero, mas também questões étnico raciais, de diversidade sexual e de geração. .

A diversidade dessas participações das produções pode produzir uma práxis de integração e fortalecimento desses indivíduos em suas identidades pessoais e coletivas, facilitando com estes assumam o papel de transformação social. Fomenta-se assim memórias históricas específicas e questionamentos sobre as relações sociais de opressão vividas (Martín- Baró, 2009). A presença de profissionais e membros de organizações populares é um índice importante para compreender a importância de abordar, além dos problemas relacionados às vivências moradores em contextos rurais, como os agentes externos compreendem as dinâmicas da localidade e como essa incide sob a forma de trabalhar tal contexto. Como aponta Fernandes et al (2015), a atuação do profissional da Psicologia em ambientes rurais deve respeitar as especificidades do lugar, possuindo um olhar contextualizado sob as demandas emergentes no meio rural. Logo, realizar pesquisas que problematizem o trabalho e compromisso social d(as)os psicólog(as)os ao trabalhar ruralidades é muito importante para o fomento de práticas promotoras de transformação social e emancipação.

Para tanto, cabe à reflexão sobre a formação ética e política das(os) psicólogas(os) como também a implicação destes com os contextos rurais. É preciso evitar a prática descontextualizada, pois se pode reproduzir lógicas e práticas perversas sobre os sujeitos, fortalecendo opressões sociais já existentes. A Psicologia Comunitária convida a reflexão sobre as posturas ético- políticas que se opera no fazer teórico- prático, facilitando ações com foco nas resistência a lógica neoliberal que garantam acesso a direitos e a cidadania (Leite, 2010).

Assim, é preciso estar atenta(o) as práticas psicológicas, especialmente considerando as realidades sociais vividas, neste caso, o contexto de ruralidades, para que a psicologia não se torne instrumento de gerenciamento das pobreza e das comunidades, na lógica do conformismo, da adequação e exclusão destas (Ximenes, & Moura Jr, 2013). Cabe destaca que visões reducionistas sobre as ruralidades podem invisibilizar processos dominação.

Esta invisibilidade, segundo Dimenstein e Leite (2013), é mais opressora, pois nestas localidades o investimento ainda é menor do que na zona urbana. Esta situação corrobora para uma situação de preconceitos constituídos historicamente sobre tais populações, acarretando a estes prejulgamentos, e a manutenção da desigualdade social nestas localidades, demarcadas pela falta de investimento.

Essa necessidade de aproximação é muito importante para compreender o papel das moradoras e dos moradores nos contextos rurais na transformação social e no fortalecimento das suas potencialidades, além de proporcionar novos olhares sob os contextos rurais, trazendo aperfeiçoamento aos profissionais da psicologia que lidarão com o rural em intervenções futuras.

Considerações Finais

Pode-se considerar que os artigos analisados contemplam, em diferentes contextos e área de estudo, os modos de subjetivação em contextos rurais apesar da pequena quantidade. No entanto, essas produções são importantes e trazem reflexões sobre a possibilidade de construção de métodos e aportes teóricos para se pensar em uma ação promotora de transformação no meio rural. Ressalta-se a importância do entendimento deste contexto na práxis do profissional da Psicologia, que deve se pautar na compreensão da realidade dos sujeitos levando em consideração o seu espaço de vivência, respeitando a singularidade do mesmo.

Foi possível constatar a diversidade de espaços de desenvolvimento de pesquisas em psicologia e ruralidade, como também a variação nos atores abordados por essas pesquisas. A existência de pesquisas com recorte de gênero e juventude promove a reflexão sobre a importância da compreensão dos marcadores interseccionais ao atuar no meio rural, deixando um questionamento sobre como se ampliar os debates sobre gênero, indo para além dos estudos com foco em mulheres, e como trabalhar o marcador raça nesse contexto. As ideias aqui expressas corroboram também com a necessidade da aproximação da academia com o meio rural, tanto por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e de pesquisas de pós-graduação. É preciso também romper com a percepção da vida rural como algo primitivo e que deve se adequar aos modelos urbanos, e isso só é possível quando é considerada a pluralidade das vivências e experiências destes lugares de vida.

Referências

- Abramovay, R. (2000). *Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Alvaides, N. K.; Scopinho, R A (2013). *De sem-terra a sem-terra: memórias e identidades*. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 288-297. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/06.pdf> . Acesso em: 10/03/2018.
- Araújo, J. N. G.; et al. (2013). *Agrotóxicos: a semente plantada no corpo e na mente dos trabalhadores rurais*. Psicologia em Revista, v. 19, n. 3. Belo Horizonte, dez. p. 389-406. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v19n3/v19n3a05.pdf> . Acesso em: 10/03/2018.
- Bock, A. M. B. (2009). *Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites*. In: Bock, A. M. B. (org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez.
- Bomfim, Z. A. C. (1999). *A mediação emocional no desvelar da identidade em Psicologia Comunitária*. In: Brandão, I R; Bomfim, Z A C (orgs.). *Os jardins da Psicologia Comunitária*. Fortaleza: PROEX UFC/ ABRAPSO.
- Bonomo, M; Souza; L. (2013). *Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural*. Avances en Psicología Latinoamericana. Bogotá (Colombia). Vol. 31(2)/pp. 402-418. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v31n2/v31n2a08.pdf> . Acesso em: 10/03/2018.
- Bonomo, M., Souza, L., Menandro, M. C., & Trindade, Z. A. (2011). *Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural*. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 31(4), p. 676-689. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021813002> . Acesso em: 10/03/2018.
- Breakwell, G. M.; Fife-Schaw, C.; Hammond, S.; Smith, J. A. (2010). *Métodos de Pesquisa em Psicologia*. Porto Alegre: Artmed.
- Calegare, M G A; Higuchi, M I G. (2016). *Transformações das Identidades Coletivas em Comunidade no Alto Solimões/AM*. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília , v. 32, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n3/1806-3446-ptp-32-03-e323222.pdf>. Acesso em: 10/03/2018
- Camurça, C E S; Alencar, A B; Cidade, E C; Ximenes, V M. (2016). *Implicações da seca na vida de moradores da zona rural do Nordeste*. Avances en Psicología Latinoamericana, Bogotá, v. 34, n. 1, p. 117-128.
- Cirilo Neto, M; Dimenstein, M.(2017). *Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise*. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 37, n. 2, p. 461-474, June. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0461.pdf> . Acesso em: 10/03/2018
- Conselho Federal de Psicologia-CFP. (2013). *Referências Técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas à terra*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Costa, M. G., Dimenstein, M; Leite, J. F (2015). *Estratégias de cuidado e suporte em saúde mental entre mulheres assentadas*. Revista Colombiana de Psicologia, v. 24(1): p. 13-28. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/psicologia/article/view/41968/61911>. Acesso em: 10/03/2018.
- Dimenstein, M. et al (2017). *Iniquidades Sociais e Saúde Mental no Meio Rural*. Psico-USF, Campinas , v. 22, n. 3, p. 541-553, dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v22n3/2175-3563-pusf-22-03-541.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- _____. (Org.). (2008). *Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos*: GT Psicologia Comunitária/ANPEPP. Natal: Edufrn, 248 p.
- Fernandes, S L et al (2015). *Psicologia e ruralidades: pesquisas e intervenções em Contextos rurais*. In: VI Congresso Internacional de Psicologia da UEM (VI CIPSI). 2015, Maringá. Anais. Maringá: UEM. Disponível em: <http://cipsi.vwi.com.br/anais/publicacoes/modalidade/1>. Acesso em: 10/06/2018.
- Freitas, M R Q. (2015). *Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (social) Comunitária – Práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 1960 à 1990 no Brasil*. In: Campos, R H F (org.). *Psicologia Social Comunitária: Da Solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- _____.(2008). *Estratégias de ação comunitária e mudança social: relações a partir da vida cotidiana e dos processos de participação*. In: Dimenstein, M. (org). *Psicologia social*



- comunitária: aportes teóricos e metodológicos: GT Psicologia Comunitária/ANPEPP. Natal: Edufrn.
- Frighetto, J. (2015). *Saúde geral do idoso: condições de saúde à luz de um contexto rural*. Revista de Psicologia da IMED, v. 7(1), p. 52-60. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5155061.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- Furlani, D. D. ; Bomfim, Z.A.C. (2010). *Juventude e Afetividade: Tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos*. Psicologia e Sociedade, 22 (1), 50-59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a07.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- Giongo, C. R.; Monteiro, J. K.; Sobrosa, G. M. R. (2017). *Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário*. Psicol. Soc., Belo Horizonte , v. 29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e147648.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- Goes, N. A., Ximenes, V. M. & Moura Jr., J. F. (2015). Relações da Psicologia Comunitária com as matrizes libertadoras a partir da dialética dominação-opressão. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 140-161.
- Gois, C.W.L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Gois, C. W. L. (2008). *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: HUCITEC.
- Gomes, L. R. L; Barros, D. C. (2017). *Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra*. Psicologia & Sociedade, vol. 29, pp. 1-10. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3093/309350113028.pdf> . Acesso em: 10/03/2018.
- Gomes, R. C. M., Nogueira, C., Vázquez, C., Toneli, M. J. F. (2016). *Participação política e subjetividade: Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil*. Psico, 47(2), 148-158. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/21993/pdf_31. Acesso em: 10/03/2018.
- Graf, L. P. & Coutinho, M. C. (2012). *Entre aves, carnes e embalagens: trabalho em abatedouro*. Estudos Feministas, v. 20(3), p. 761-783. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300009/23837>. Acesso em: 10/03/2018.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2000). *Sinopse preliminar do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. (2017). *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil : uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Landini, F. (2015). La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In: Landini, F (org.). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO.
- Lane, S. T. M. (2015). Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R H F (org.). *Psicologia Social Comunitária: Da Solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Leite, J. F., Dimenstein, M. (org.) (2013). *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRN.
- _____; Macedo, J. P. S.; Dimenstein, M.; Dantas, C. (2013). A formação em psicologia para a atuação em contextos rurais. In: Leite, J. F., Dimenstein, M. (org.). *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRN.
- _____; et al. *Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro*. (2017). *Avances en Psicología Latinoamericana*. Bogotá (Colombia). Vol. 35(2) , pp. 301-316. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v35n2/1794-4724-apl-35-02-00301.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- _____. (2007). *Dimensão subjetiva da intervenção do MST no meio rural brasileiro*. São Paulo: Vivência v.37 p. 303-310.
- _____. (2006). *Subjetividade em movimento: o MST no Rio Grande do Norte*. Psicologia & Sociedade. v.18 n. 1 p.21-30 .
- Liberati, A. et al. (2009). *The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration*. Annals of Internal Medicine, Philadelphia, v. 151, n. 4, p. W65-W94. Suplemento 1. PMid:19622512.

- Marcolino, A. V.; Barroso, B. I. L.; Siqueira, J. C. F. (2015). *Efeitos do trabalho em turnos nos controladores de tráfego aéreo: uma revisão sistemática baseada no método PRISMA*. São Carlos: Cad.Ter.Ocup. UFSCar, n.2, p. 393-402.
- Martín- Baró, I (2009). *Para uma Psicologia da Libertação*. In: Guzzo, R. S. L.; Lacerda Jr, F. Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação. São Paulo: Alínea, p. 189-1.
- Melo, T. G; Scopinho, R. A. (2015). *Participação em cooperativas de assentamentos rurais: estudo sobre os sentidos do trabalho*. Psicologia em Estudo, v. 20, p. 529-541. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/25776/pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: El método en Psicología Comunitaria*. Paidós: Buenos Aires.
- Moreira, M. I. G. (2014). A inserção do psicólogo na Assistência Social – SUAS: a perspectiva da afetividade. In: Romagnoli, R. B. & Moreira, M. I. G. (org.) *SUAS Sistema Único de Assistência Social: a articulação entre Psicologia e Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas*. (pp. 29-44). Editora CRV: Curitiba.
- Moura JR., J F et al (2013). *Práxis em Psicologia Comunitária: Festa de São João como atividade comunitária*. Revista Ciência em Extensão, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 105-123, abr. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/744. Acesso em: 10/03/2018.
- Nepomuceno, B. B. (2013). *Pobreza e Saúde Mental: uma análise psicossocial a partir da perspectiva dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)*. Dissertação de Mestrado em Psicologia ao Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. 151 f.
- Oliveira, E. M. et al. (2015). *Determinantes sócio-históricos do cuidado na Estratégia Saúde da Família: A perspectiva de usuários da área rural*. Saúde e Sociedade, v. 24(3), p. 901-913. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n3/0104-1290-sausoc-24-03-00901.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- Pizzinato, A. et al. (2015) . Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. *Fractal*, Rio de Janeiro , v. 27, n. 3, p. 247-255, Dec. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n3/1984-0292-fractal-27-3-0247.pdf>. Acesso em: 30/03/2018.
- _____, et al. (2016). *Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições*. Psicologia & Sociedade, v. 28(3), p. 473-483. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n3/1807-0310-psoc-28-03-00473.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- _____, A et al (2017). *Juventude feminina do meio rural: sentidos sobre educação e perspectivas sobre futuro*. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá , v. 21, n. 1, p. 41-51, Apr. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n1/2175-3539-pee-21-01-00041.pdf> . Acesso em: 10/03/2018.
- Quintanar, C. S. (2009). *De la cultura que dejamos atrás*. In: Quintanar, C S. *Psicología en ambiente rural*. México: Plaza y Valdés.
- Reis, R G; Cabreira, L. (2013). *As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso?* *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 33, n. spe, p. 54-65. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33nspe/v33speca07.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- Salvaro, G I F; Lago, M C S; Wolff, C S. (2013). “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: Lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*; v. 25(1), p. 79-89. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/10.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- _____, Estevam, D. O.; Felipe, D. F. (2014). Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 34, n. 2, p. 390-405, Jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n2/v34n2a10.pdf> . Acesso em: 10/03/2018.
- Sawaia, B. B. (2015). Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quando a humanidade. In: CAMPOS, R H F (org.). *Psicologia Social Comunitária: Da Solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Schneider, S.; Blume, R. (2004). *Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, nº 107, jul./dez. p. 109-135.
- Silva, K B; Macêdo, J P. (2017). *Inserção e trabalho de psicólogas/os em contextos rurais: interpelações à psicologia*. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 146-154, jul./dez. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/11886/30938>. Acesso em: 10/03/2018.



- Silva, M. S.; Barros, V. A. *Saberes sobre o trabalho: experiência e história nos canaviais*. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 440-448, 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a20v26n2.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- Silva, V. H. F.; Dimenstein, M.; Leite, J. F. (2013). *O cuidado em saúde mental em zonas rurais*. *Mental*, v.10, n.19, p. 267-285. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v10n19/a08v10n19.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.
- Silva, A. P. S.; Tassara, E T O. (2014). *Sistemas Agroflorestais: Ressignificação de Vivências em Assentamento Rural Periurbano*. *Psico*. v. 45, n. 3, pp. 328-339, jul.-set. Disponível em:
http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/17347/pdf_3. Acesso em: 10/03/2018.
- Wanderley, M. N. B. (2000). *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. *Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 2, p. 29-37.
- Vasconcelos, E. M. (2009). *Abordagens psicossociais: Volume I história, teoria e trabalho no campo*. São Paulo, 2 ed. Editora Hucitec.
- Ximenes, V. M.; Barros, J. P (2009). *Perspectiva histórico-cultural: que contribuições teórico metodológicas podem dar à práxis do psicólogo comunitário?* *Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 27, n. 56, p. 65-76, jan./mar.
- _____. ; Nepomuceno B B ; Cidade, E C.(2016). *Pobreza: Um problema para Psicologia Comunitária?* In: Ximenes, V M; Sarriera; J C; Bomfim; Zac; Alfaro I, J. (orgs). *Psicologia Comunitária no mundo atual: Desafios, limites e fazeres*. Fortaleza: Expressão Gráfica e editora.
- _____. ; Moura JR, J. F. (2013). *Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária*. In: Dimenstein, M.; Leite, J. F. (Org.). *Psicologia e contextos rurais*. Natal, RN: EDUFRN.
- Zanello, V.; Silva, R. M. C. (2012). *Saúde mental, gênero e violência estrutural*. *Revista Bioét* 267-279.
- Zanello, V.; Campos I. (2017). *Sofrimento psíquico, gênero e violência: narrativas de mulheres atendidas em um Centro de Atenção Psicossocial (Caps II)*. In: *Mulheres e violências: interseccionalidades* / Org. Stevens, C. Oliveira, S. Zanello, V. Silva, E. Portela, C.-Brasília: Technopolitik, 628.

Received: 12/06/2018
Accepted: 09/07/2019